



Anais da Assembléia

N.º 105

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 26 DE SETEMBRO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATIVA ATA DA 99ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 1983 (SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Senhores Deputados Orlando Pessuti e Ervin Bonkoski.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulín, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondí Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pérciles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tugio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da Sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação para o Projeto de Resolução nº 06/83, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1983.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, com base no Regimento Interno, preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei nº 97/83, constante da Ordem do Dia, marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1983.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do comerciante Miguel Tibúrcio, de Ubiratã, ocorrido dia 23 do corrente.

O comerciante, cujo falecimento ora lamentamos era pessoa que gozava de grande conceito em sua região, sendo nosso companheiro político durante vários anos, e deixa uma lacuna difícil de ser preenchida no Município de Ubiratã e região.

Requer ainda que seja dada ciência desta aos seus familiares na cidade de Ubiratã.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1983.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações pelo programa ("O MILHO NOSSO DE CADA DIA"), da Rede Globo de Televisão, levado ao ar no dia de ontem, 25/09/83, através da TV Paranaense, Canal 12.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à Diretoria das Redes de Comunicação citadas.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1983.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER seja consignado, nos trabalhos de hoje, desta Casa, um voto de congratulações à Associação dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná pela realização do I Congresso dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná, em Curitiba, nos dias 30 deste mês, 1.º e 02 de outubro próximo.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1983.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A realização do Primeiro Congresso dos Serventuários do Paraná adquire expressiva importância justamente por ser iniciativa pioneira, reunindo, de uma só vez, cartórios das varas cíveis e criminais do Poder Judiciário, além de oficiais e funcionários juramentados dos tabelionatos espalhados por todo o Estado do Paraná. Durante esses três dias, titulares de ofícios, escreventes e auxiliares da Justiça "buscarão um maior fortalecimento dos ideais associativos dos serventuários e aprofundar os estudos sobre questões de interesse de todas as categorias de serventias da Justiça".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação para que seja analisada a viabilidade de se enviar, através de órgão competente, os materiais em anexo, a Escola Estadual Ribeiro de Campos - Ensino de 1.º Grau, localizada no Município de Goioerê.

Faz-se necessário que soluções sejam colocadas em prática, pois sem dúvida, que aquele Educandário estará em condições de proporcionar ao corpo docente e discente,

melhores condições de ensino e aprendizagem.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, no sentido de que seja realizado estudo objetivando a instalação de um posto da SANEPAR no Município de Juranda.

Dentre as inúmeras metas previstas no Plano de Ação 1983/86, do Governo Estadual, em sua versão preliminar, nota-se no que diz respeito às prioridades no Setor da Saúde, e Saneamento, os objetivos claros de adotar-se uma política de descentralização administrativa. Neste sentido, inegavelmente que a instalação de um Posto da SANEPAR em Juranda, está incluída dentro destes propósitos.

Com vista a isto e pelas razões expostas, torna-se necessário atender urgentemente ao que ora é proposto.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, no sentido de que haja a realização de estudos, objetivando o envio de recursos financeiros para a IV EXPOCAMPO — Exposição Feira Agropecuária e Industrial de Campo Mourão.

Atingidos no dia dezessete do corrente, os habitantes mourãoenses foram surpreendidos com chuvas torrenciais acompanhadas de granizo e de violentos vendavais, os quais permitiram que ocorressem inúmeros prejuízos, face às destruições verificadas, dentre as quais, as instalações do Parque de Exposições de Campo Mourão. Neste sentido, tendo em vista a realização daquela Exposição, em sua quarta edição, prevista inclusive, com início no dia trinta e término para o dia dez de outubro, faz-se necessário assegurar a recuperação imediata das instalações, a fim de colocá-las em condições de receber os expositores, bem como seus produtos, oriundos de diversas regiões do Estado, assim como de outras localidades do Brasil.

Pelas razões expostas, medidas urgentes necessitam ser postas em prática, visando a reestruturação do que ora é proposto.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido de que sejam realizados estudos quanto à viabilidade de se implantar uma agência do Instituto de Previdência do Estado - IPE, na municipalidade de Araruna.

Em observação profunda ao Plano de Ação 1983/86, do Governo Estadual, em sua versão preliminar, nota-se no que diz respeito às Metas do Setor da Saúde e Saneamento, os objetivos claros de adotar-se uma política de descentralização administrativa e financeira dos organismos de atendimento neste setor, bem como a municipalização progressiva dos serviços de atenção primária à saúde, com o

devido apoio tecnológico. Esta regionalização ampla e efetiva, se faz necessária, sendo também a de acompanhar este processo, como encaminhamento democrático, a participação da população na condução da política de Saúde.

A criação portanto, da Agência do IPE, no Município de Araruna, está, sem dúvida alguma, incluída nos propósitos de ampliação condizente de serviços de saúde e assistência social do funcionalismo público, naquela comunidade.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, usando de suas atribuições regimentais, REQUEREM, ouvido o Plenário, o envio de expediente à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, professora GILDA POLI DA ROCHA LOURES, solicitando o seu empenho e urgentes medidas visando a inclusão da SECEP - Secretaria das Casas de Estudantes do Paraná na Suplementação Orçamentária dessa secretaria, por ocasião do último trimestre deste ano.

Requerem ainda que, do presente requerimento, se dê ciência à Casa Civil do Governo do Estado e à Secretaria de Estado do Planejamento.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1983.

(aa) ORLANDO PESSUTI, SÉRGIO SPADA, ADHAIL SPRENGER PASSOS, PAULO FURIATTI, NILSO SGUAREZI, GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA: feita em plenário.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. ERASMO GARANHÃO, DD. Secretário de Estado das Finanças, solicitando estudos de viabilidade técnica e legal, visando isentar do ICM o triguilho usado na alimentação animal e a lenha usada para fins industriais.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1983.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se com o presente requerimento que a Secretaria das Finanças se digne determinar estudos de viabilidade legal e técnica sobre a possibilidade de nosso Estado propor minuta de convênio com o Ministério da Fazenda, com o objetivo de isentar do ICM o triguilho, quando usado na alimentação de animais, bem como a lenha usada para fins industriais.

Desnecessário tecer considerações sobre o alcance social e econômico destas medidas, uma vez que favorecerá pequenos proprietários, granjeiros e industriais, contribuindo para a economia de divisas em importações de combustíveis e de matéria-prima para rações.

Assim, acreditando que o sacrifício — que julgamos pequeno — em termos de arrecadação, em muito compensaria o estímulo ao incremento das atividades econômicas diretamente beneficiadas com a medida em pauta, esperamos da Secretaria das Finanças os préstimos costumeiros no pronto encaminhamento desta reivindicação.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 148/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ECAP - Ensino, Cultura e Assistência Paraná, com sede e foro em Curitiba - PR.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1983.

(a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

A ECAP - Ensino, Cultura e Assistência Paraná, com sede em Curitiba, é uma entidade sem fins lucrativos, tendo como objetivo primordial proporcionar à juventude oportunidade de receber ampla formação moral, cultural e humana. Para isto, conta, desde a sua fundação, com a colaboração valiosa de profissionais de diversas áreas, dedicados a organizar, coordenar ou abrihantar as atividades promovidas.

Tem personalidade jurídica, está em pleno funcionamento e seus estatutos atendem às determinações previstas em lei.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Bapstita) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, inscrito.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê)

"Reportagem do jornalista RENATO BARROZO, publicada em série nas edições de quarta-feira a sábado da semana passada, sob o título "DO BOI AO BIFE", no Jornal do Estado", denuncia distorções na comercialização da carne, com destaque à ocorrência de um mercado clandestino abastecendo mais de cinquenta por cento do consumo do produto em Curitiba. E consta, como causa principal da anomalia, os excessos tributários que gravam a atividade regular, desestimulando a atividade das empresas organizadas.

Distorções nesse campo têm sido objeto de reclamações generalizadas. E da região de Paranavaí, que tem na pecuária a base principal de sua economia, tivemos a mais veemente manifestação de inconformismo, em memorial recentemente dirigido ao Governador do Estado, que diz:

"O ICM do boi, enquanto por lei federal é atribuído ao vendedor, pela legislação estadual é de responsabilidade do abatedor. Se não nos cabe questionar a legalidade dessa imposição, podemos ressaltar que o legal tem que ser o que é possível. E a comercialização do boi não comporta dezesseis por cento de ICM, mais os acréscimos de FUNRURAL, PIS e FINSOCIAL, que elevam para vinte por cento a taxa. Por isso, essa taxa foi sempre cobrada de forma benevolente, dentro do conhecimento dos homens de fiscalização de hoje, os mesmos de outrora, que apenas mudaram de lugar.

Assim, recolhendo o exigido, pecuaristas e abatedores não se consideram sonegadores do fisco e não deveriam ser incomodados como se agissem como criminosos, ante situações passadas. No campeonato de arrecadação instaurado no Estado pela Secretaria de Finanças, e no qual Paranavaí está sendo vencedor, existe a potencialidade do mau uso da fiscalização, que, em princípio, deveria apenas beneficiar o erário.

É de considerar-se que a situação criada para dar condições de competição de nosso produto nos mercados consumidores, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, tendo em vista que nossos concorrentes também propiciam aos produtores facilidades fiscais.

O elevado preço do boi gordo, hoje, não traz ao pecuarista um lucro real, necessariamente, pois é sabido que esse lucro se mede, além das despesas normais de custeio, na diferença entre a venda e a reposição. E é notório o altíssimo preço em que se encontra o boi magro ocasionado sobretudo pelo indiscriminado abate de matrizes.

O excesso fiscal vem incentivando o abate clandestino, com prejuízos na arrecadação e à saúde pública. Na verdade,

a fiscalização se ocupa pouco em impedir esse tipo de abate, por ser mais dificultoso e de menor resultado de arrecadação. Em contrapartida, é acintosa nas empresas organizadas, complicando e desestimulando sua atividade".

A iniciativa, que partiu da Sociedade Rural do Noroeste do Paraná, na pessoa de seu presidente, Sr. CARLOS BERGAMINI, conta como subscritores, entidades de representatividade local, desde órgãos de representação Patronal ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Conta ainda com aval político do Diretório Municipal do PMDB, na pessoa de seu presidente, Dr. ROBERTO FERREIRA, e das lideranças encarnadas no Deputado Federal ALENCAR FURTADO, no Prefeito PINTO DIAS, nos valorosos Vereadores e encontrando, de permoio, o ex-Deputado WALDENÍCIO BARBALHO, cuja coragem, inteligência e honradez deixaram marcas nesta Casa.

E nesta companhia me incluo, tanto como Deputado com representação na região de Paranavaí e subscritor do documento, como de Curitiba, de cujos eleitores adveio o meu mandato.

A denúncia do ilustre jornalista e o exposto no memorial, une os extremos, na desorganização da Secretaria de Finanças, e deixa constatar que o ICM, em sua alíquota oficial, por excessivo e incobrável e de fato inexistente, subsistindo o mercado legal da carne graças a acordos entre a receita e contribuintes, sujeitos, todavia, a revisões inesperadas, conforme a avidez arrecadadora do momento.

E o garrote desse Al-5 fiscal gera insegurança na classe dos pecuaristas, pela dualidade do encargo do tributo na legislação, e ainda ficam a descobertos, ante eventuais chantagens de funcionários desonestos, o que não é demais dizer frente ao quadro retratado pelo renomado homem de imprensa, no tocante ao absurdo constatado em Curitiba, em sua enorme dimensão, e nas barbas do Sr. Secretário ERASMO GARRANHÃO.

Só os insensíveis na globalidade do problema não vislumbram que os empresários do mercado regular estão sendo tangidos ao paralelo. E não deve isso causar perplexidade num país onde os tecnocratas conseguiram erigir em rotina natural a agiotagem de percentuais a centenas e onde o mercado negro é operado sem disfarce, comentado e divulgado livremente, como é exemplo o dólar ao paralelo.

Ao problema urge solução política, de forma a garantir a manutenção de atividades das empresas regulares, ao mesmo tempo que buscando atrair à retomada do mercado legal as empresas clandestinas, na suposição de que estas, igualmente ao "banqueiro do bicho", decerto optariam por uma situação livre de achesques e sobressaltos, se propiciadas fossem as condições.

E assim considerando-se, que sem perder de vista os interesses do erário, se deveria também levar em conta a ampliação das atividades econômicas, o abastecimento e o emprego.

Nessa linha de raciocínio, é de destacar-se também a necessidade de medidas tendentes a desestimular o abate de matrizes, que é causa preponderante da escassez do boi, onerando a reposição das boiadas e, conseqüentemente, os preços da carne, posto que, embora proibido, a fiscalização é inoperante.

E é de observar-se ainda, em seqüência justificativa do enunciado do memorial, e que é também reivindicação do vereador JOSÉ PARANHOS DE MESQUITA, presidente da Câmara Municipal de Paranavaí, que não encontram sentido os entraves opostos pela Secretaria de Finanças na movimentação de animais entre as pastagens no território do Estado, visto que somente da carne e do leite resulta a totalidade do ICM arrecadado na pecuária, constituindo os animais apenas "fábricas" ou "peças de estágio", na produção de tais mercadorias.

Ante o exposto, é meu desejo buscar beneplácito desta Casa, para medidas preconizadas no Memorial de Paranaíba, apoio antecipado ao Governador do Estado, na iniciativa que lhe cabe na legislação do assunto.

Por isso que, como subscritor do documento no direito de reiteração e no dever do meu mandato, requeiro a Vossa Excelência que, em regime de urgência, e ouvido o Plenário, seja encaminhado como indicação ao Senhor Governador, o rol de sugestões que Paranaíba apresentou, que são as seguintes:

a) que a alíquota do ICM seja legalmente reduzida à proporção em que de fato é cobrada. É interessante seria que, ao invés de percentual, fosse estabelecida uma alíquota fixa, embora periodicamente reajustável conforme as ORTNs ou as próprias oscilações do mercado da carne, cobrável por animal abatido, posto que, por essa via se estaria enquanto estimulando a preferência de abates aos animais mais pesados, desinteressando, por motivos óbvios, a matança de matrizes e proporcionando assim à medida, a médio prazo, maior produção de carne e conseqüentemente maior arrecadação do ICM;

b) que se estabeleça na legislação uma forma de anistia, isenção ou quitação, de modo a resguardar os pecuaristas e abatedores quanto às irregularidades formais, mas não morais, nos ajustes de ICM realizados na administração anterior, inclusive quanto a autos já lavrados, referentes a esses casos, na administração atual. E enquanto isso, que medidas administrativas sustentem desde logo as ameaças de autuações que estão sendo feitas;

c) que se considere como mercadorias de pecuária, a carne e o leite somente liberando-se toda a movimentação de animais entre as pastagens. A medida não viria acarretar prejuízo algum à arrecadação, visto que afinal de contas, é realmente da carne e do leite que resulta a arrecadação total do ICM na pecuária.

Por último, quero ainda editar nesta indicação que a arrecadação e a fiscalização do ICM da carne e do leite venham a concentrar-se em postos nos próprios frigoríficos e laticínios; e que na mesma legislação se encontre a forma de melhor remuneração aos funcionários da receita, seguindo velho adágio:

“Não terás de volta teu tesouro intato se o deixares sob a guarda de um faminto”.

Assim, para que se possa mudar.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): “Estamos vivendo mais uma “Semana do Trânsito”. Como nos anos anteriores, a campanha visa conscientizar os motoristas e os pedestres, mais aqueles do que estes. Conscientizar no sentido de que haja mais disciplina, mais ordem e até mais amor no trânsito diário, seja nas ruas das cidades seja nas rodovias que cortam o Estado.

Diante das negras estatísticas que a imprensa, o rádio e a televisão todos os dias nos mostram, as pessoas devem ser um tanto céticas quanto aos frutos de tais campanhas, como mais esta “Semana do Trânsito”.

Se as mortes, muitas vezes de famílias inteiras, não sensibilizam os automobilistas, não é mesmo de se esperar muita coisa de uma campanha que dura apenas uma “Semana”. Uma semana em cada ano. As tragédias, os dantescos espetáculos de sangue, a agonia no asfalto são insuficientes para humanizar o trânsito. Já dizia o Padre Vieira que a “nossa alma rende-se muito mais facilmente pelos olhos do que pelos

ouvidos”. No trânsito isso, certamente, não ocorre, porque serão os mortos e os aleijados das ruas e estradas seriam motivos capazes de fazer com que todos mudassem de atitude e de comportamento em relação ao veículo e ao trânsito. Seriam argumentos muito mais fortes do que as palavras que buscam conscientizar.

A violência do trânsito e o aumento dos “criminosos” do volante têm origem não somente na insegurança do cidadão como na vida difícil e quase sem perspectiva. Todos, independentemente de classe social quando no tráfego urbano ficam ainda mais alienados.

A conscientização é trabalho difícil e de efeito demorado, por isso entendemos que as campanhas devem ser permanentes, envolvendo professores, sociólogos, psicólogos, autoridades e pessoas que de certa forma exerçam influência sobre a população. Não podemos lembrar dos nossos mortos do trânsito apenas uma semana ao ano.

Mas, Senhores Deputados, cremos que o fator que mais concorre para o aumento dos problemas no trânsito, da violência, dos acidentes, da utilização de veículos por pessoas não habilitadas e sem condições para dirigir, é a impunidade. Impunidade, aliás, é um mal geral neste País, não somente no trânsito.

As penas são brandas e de difícil aplicação, por isso os criminosos do volante continuam à solta. A estrutura da autoridade a quem compete punir é falha e pouca atenção se tem dado a esse problema de grande importância.

Vale destacar, como lembrança e como exemplo, o trabalho e a luta que vem desenvolvendo o Dr. Octávio Cesar Valeixo, Juiz de uma das Varas de trânsito de Curitiba. Ele sabe que um dos fatores que determinam o aumento da criminalidade é a impunidade. E tem lutado para que os meios para punir sejam melhorados.

Raro e motivo de notícia de primeira página é hoje o fato de alguém ser condenado por crime, ou por delito de trânsito. Isso deveria ser rotineiro.

Portanto, ao lembrar aqui a “Semana do Trânsito”, queremos deixar estes dois temas para reflexão, como alternativas para contribuir na solução do grave problema do trânsito: campanhas mais constantes e a redução da impunidade.”

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Presidência suspende a sessão, até que seja completada a Mesa; com base no Artigo 20 do Regimento Interno.

(É suspensa a sessão). (Completa a Mesa, é reaberta)

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na realidade, cumpre-nos enfatizar que, a posição do Secretário do Tesouro Norte-Americano, Donald Reagan, que declarou, por ocasião da rejeição pelo Congresso Brasileiro do famigerado e nocivo Decreto 2024, que buscava a alteração da política salarial, textualmente foram estas as palavras do Secretário norte-americano. Segundo a ótica dele, a salvação do Brasil estaria em soluções cada vez maiores, em aceitação cada vez mais intensas das diretrizes daqueles que se julgam donos da nossa terra. Com relação à rejeição do Decreto 2-240, eis as palavras:

“Se isso acontecer e o Brasil não tiver um programa de crédito adicional, dos bancos, eu tremeo em pensar o qual será o futuro do Brasil”.

A bem da verdade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, um Secretário estrangeiro não tinha o direito, de forma alguma, de gestionar como se fosse patrão dos nossos interesses e de nossa política. O posicionamento daquele Secretário, sem qualquer

dúvida constitui uma afronta, um desrespeito, uma interferência indébita em assuntos brasileiros, e, em hipótese alguma, em nome até mesmo da nossa soberania, não pode ser aceita em momento algum, razão pela qual, devolvemos as afirmações, como declarações descabidas, inoportunas e inconvenientes. Nossa terra e nossa gente cansadas estão de imposições de fora, de mecanismos externos, de asfixia de nossa economia, de descaso aos interesses patrióticos. Ao invés de pressionar para que se faça uma redução do salário dos trabalhadores brasileiros, o Governo norte-americano deveria, sim, diminuir o seu índice imperialista de ganância, propondo pelo menos um por cento a menos na taxa de juros externos para que possamos, em termos de trabalhadores, contar com um salário condigno, ao invés, administrar a crise para os Estados Unidos, sempre constituiu, com relação ao Brasil, imprimir absoluta primazia aos banqueiros, em detrimento das condições de vida da nossa gente.

Parabéns portanto ao Congresso Nacional, que não se deixou levar pela pressão imperialista e soube permanecer autônomo, resgatando assim, até mesmo as condições do Executivo, que se submeteu, docilmente, às determinações do Fundo Monetário Internacional.

Senhores Deputados, um sinal já foi dado. É preciso romper com o bloqueio representado pelo medo à moratória, fomentado por uma avaliação deformada ou, superficial, da realidade econômica brasileira, porque este, único fator que ainda se contrapõe ao desejo de mudança da maioria da sociedade brasileira, plenamente consciente que, a atual política está levando o País a uma evidente ruptura, à regressão política, econômica e social.

Ainda, Srs. Deputados, aproveitamos o ensejo, para enfatizar a posição do PMDB em seu manifesto à Nação, ainda há pouco realizado, recentemente."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Bpatista) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "A existência das Casas de Estudantes justifica-se, cada vez mais, ao estarem inseridas num contexto político-social cujos poderes dominantes privilegiam a elitização gradativa ao ensino, expulsando dos bancos escolares as camadas populares e trabalhadoras. A alimentação e hospedagem oferecidas por essas Casas a custos subsidiados, além de outros serviços, surgem como um EXTRAORDINÁRIO PALIATIVO de enfrentamento ao altíssimo índice de ensino pago em nosso País. Um paliativo que, no entanto, cria condições materiais e sociais que facilitam ao jovem carente de recursos financeiros galgar os bancos escolares até a conclusão do curso superior.

Não bastasse já essa situação, o Governo Federal agudiza a adoção de uma política econômica de submissão aos banqueiros internacionais, impondo ao povo o desemprego, a recessão e o arrocho salarial, como o representado pelo Decreto-Lei 2045. São medidas que afetam diretamente as camadas mais populares, deixando-lhes apenas uma prioridade: a luta pela SOBREVIVÊNCIA! Dessa forma, os obstáculos para a ascensão aos bancos escolares tornam-se mais evidentes ainda; em vista disso, as Casas de Estudantes crescem em sua importância como alternativa para o estudante carente de recursos financeiros.

No entanto, como não poderia deixar de ocorrer, os investimentos sociais são substituídos pelas consequências de uma política exportacionista, o que tem atingido de forma cruel essas casas em nosso Estado. Temos atualmente no Paraná nove (09) Casas de Estudantes, filiadas à SECEP, que se prestam como importante meio de intercâmbio e

complementação da formação curricular, além dos serviços normais. Porém, em vista do exposto, estão com sérias deficiências em seus serviços; alguns estão até sendo extintos, como a própria alimentação. Tudo isso ocorre em função da falta de verbas. É a falta de verbas para a Educação, tão combatida pelo nosso PMDB e pelos estudantes através de suas legítimas entidades de representação.

Em 1982, a SECEP recebeu recursos na ordem de quinze milhões de cruzeiros; no corrente ano, não ultrapassou a vinte milhões de cruzeiros, apesar de uma INFLAÇÃO OFICIAL de cento e sessenta por cento.

A Fundação CEU - Casa do Estudante Universitário do Paraná, não paga ao fornecimento de água e luz desde 1980, totalizando uma dívida de cerca de trinta milhões de cruzeiros. A CEU sofre constantemente o assédio dos homens da SANEPAR e da COPEL, cujas dívidas totalizam vinte e cinco milhões de cruzeiros.

Além dessas, existem outras despesas como alimentação, materiais de limpeza, pessoal, manutenção do prédio, equipamentos etc., hoje representadas por dívidas com diversos fornecedores. Para a superação desses problemas mais imediatos, essas casas necessitam de oitenta e cinco milhões de cruzeiros.

Valor esse que se justifica não só por ser uma NECESSIDADE EXTREMA de nossos estudantes, mas também por ser objeto de solicitação para inclusão na Suplementação Orçamentária dessa Secretaria, cuja satisfação entendemos vir de encontro ao programa do Governo Richa, com o que ficamos muito gratos.

É este, Senhores Deputados, o requerimento em favor das Casas de Estudantes que ora submetemos à apreciação de Vossas Excelências.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O assunto levantado pelo Deputado Tadeu Bento França parece-me ser o mais importante da semana que passou, nesta semana que se inicia. E, lendo o "Estado de São Paulo", sábado, 24 de setembro, manchete é: "Tremo ao pensar no futuro do Brasil", palavras do Senhor Donald Reagan, Secretário do Tesouro dos Estados Unidos.

O governo norte-americano deixou a sutileza de lado e analisa o Brasil como uma verdadeira "colônia", um verdadeiro "fundo de quintal" da Casa Branca. O senhor Donald Reagan, Secretário do Tesouro Norte-Americano tirou o véu, tirou a carapuça, tirou a máscara, resolveu ameaçar agora, através da imprensa, o Congresso Nacional.

"Tremo ao pensar no futuro do Brasil", foi o que disse o senhor Donald Reagan, e foi a manchete dos jornais do mundo todo no último final de semana. Com isso, o Governo Reagan tenta intimidar ainda mais o Congresso Nacional, que deverá decidir a sorte do Decreto 2045, não bastassem as ameaças internas do próprio SNI contra Deputados e Senadores, temos que aguentar, agora, os "muxidos" vindos de Washington.

A declaração do senhor Donald Reagan deve merecer a repulsa e o repúdio de toda a Nação brasileira. O próprio Presidente Figueiredo, que tanto fala em soberania nacional, deveria responder à altura. Essas ingerências externas multiplicam-se de forma afrontosa. O FMI tutelou esse País, tutelou na economia, tutelou no campo social e agora estende as suas garras na tentativa de tutelar também a nossa política e a vontade do povo brasileiro. Não temos soberania, não temos independência, vivemos como escravos numa política colonialista imposta pelos "patrões" da Casa Branca.

Já é hora de o povo brasileiro gritar um basta e expulsar os vendilhões da Pátria, é a hora de cobrar de nossas autoridades maiores posições mais patrióticas, pois se um Donald Reagan qualquer vem ditar ordena aqui no Brasil é porque ele tem o sinal verde de setores de nosso Governo, e o nosso Governo é impotente e é conivente.

O que a Nação espera é uma resposta à altura dos homens do Congresso Nacional, que os nossos Senadores e Deputados Federais, independentemente de partido político, tenham a coragem, a ombridade, a decência, a vergonha na cara, o patriotismo de mandar para a "a lata do lixo" o Decreto-Lei do Figueiredo 2045.

Se esse decreto for aprovado, será um verdadeiro genocídio contra a classe trabalhadora nacional. Alguns ameaçam fechar o Congresso se o decreto não for aprovado. Caso esse indecente e famigerado decreto seja rejeitado, eles ameaçam fechar o Congresso. Então que fechem, que fechem tudo, fechem o Congresso Nacional, fechem as Assembléias, que calem as vozes nacionalistas e patrióticas deste País e entreguem de "bandeja" a nossa identidade, a nossa soberania, o nosso País para os homens da Casa Branca, para aqueles que nos tutelaram, para os homens do Tesouro Nacional, para os banqueiros internacionais, e, principalmente, para os asseclas do Sr. Ronald Reagan, Presidente dos Estados Unidos do Norte.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Pequeno

Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Eduardo Baggio, inscrito.

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Roberto Requião, inscrito.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna, esta tarde, para cumprimentar o Deputado Ervin Bonkoski, pelo seu aniversário, e para me solidarizar com a categoria dos jornalistas profissionais, que o Deputado pretende prejudicar com um projeto de lei.

Tomo a liberdade de ler alguns trechos de um ofício que recebi do Sr. Desidério Peron, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná.

"O Deputado Ervin Bonkoski com seu projeto e justificativa, pretende estabelecer confusão entre as categorias profissionais da informação. Radiofusores, por exemplo, são os empresários e os sócio-empresários. Proprietários de empresas de radiodifusão, alguns deles habilitados também para o exercício do jornalismo, por força da Lei 6727, de 21 de novembro de 1979, que acrescentou parágrafos ao Artigo 10,º do Decreto 972/69, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista.

Impõe-se acrescentar que, para obtenção do registro de jornalista, em forma definitiva, hoje só há um meio, apresentação de diploma de curso superior de Jornalismo, ou de Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo.

Pela exposição, verifica-se que é extremamente injusta, com a categoria de jornalistas profissionais, exatamente a pretensão do Deputado Ervin Bonkoski, uma vez que fere, frontalmente, dispositivos do Regulamento profissional do jornalista, tentando usurpar-lhe, através de norma regional, o disposto em norma com abrangência em todo o Território Nacional".

Em outro trecho: "Conclui-se, portanto e com facilidade, que somente pode exercer as funções englobadas usualmente sob a denominação genérica de Assessor de Imprensa, que na verdade corresponde ao Redator, Repórter, Rádio-Repórter etc., o jornalista profissional legalmente habilitado. Em primeiro lugar, por força da Legislação Federal, em segundo lugar, por força e justiça da Lei 7557, de 22

de dezembro de 1981, que o Deputado Ervin Bonkoski, pretende derrubar.

Tal projeto de lei, além do aspecto de caráter eminentemente ilegal, fere frontalmente os interesses dos jornalistas paranaenses e brasileiros que, durante décadas, vêm lutando para instituir, manter e aprimorar seu Regulamento Profissional, em contraposição à tese frequentemente esposada por alguns integrantes do patronato do meio de comunicação social, de onde Ervin Bonkoski é oriundo de um deles. Que vêm no Regulamento Profissional do Jornalista um entrave a seus interesses econômicos".

"A Assembléia Geral Extraordinária Permanente dos Jornalistas Paranaenses, através de sua reunião do dia 15 de setembro de 1983, manifesta publicamente sua mais veemente posição contrária ao projeto de lei, apresentado pelo Deputado Ervin Bonkoski e pede a todos os Deputados paranaenses, dos diferentes partidos e ao Governador José Richa, que rejeitem a infeliz iniciativa do Parlamentar Empresário". "Desidério Peron, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, por decisão da Assembléia Geral dos Jornalistas Paranaenses".

Portanto, ao Deputado Ervin, pelo seu aniversário os nosso cumprimentos. E o nosso repúdio a este projeto que pretende derrubar direitos adquiridos por uma categoria que, certamente, não abrirá mão disto e contará com a unanimidade das Bancadas do PMDB e do PDS, nesta Assembléia, para suportar os seus interesses profissionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Esta Presidência registra, a visita nesta Casa de Leis, do empresário Celso Arão.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Furiatti, inscrito.

Registramos também a visita nesta Casa de Leis do Vereador de Curitiba, Sr. Aziel Pereira.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho em mãos nota oficial da Associação Paranaense dos Avicultores e da Associação Paranaense dos Suinocultores, com o título "A Justiça põe ponto final na novela do milho no Paraná".

(Lê): "Desde a primeira enchente que afetou o Paraná, ou seja, desde abril, que as classes produtoras, através de suas entidades de classe: Associação Paranaense de Avicultores - APAVI, Associação Paranaense de Suinocultores - APS e Organização das Cooperativas do Paraná - OCEPAR, vem alertando as autoridades em todos os níveis, para que fosse tomada uma posição de defesa dos produtores paranaenses, em relação ao milho, quando então já se previa uma quebra considerável.

Estas preocupações materializaram-se em proposta, quando, em maio, o Governador José Richa esteve em audiência com os Ministros da Agricultura e da Fazenda, acompanhado de comitiva composta pelo Secretário de Agricultura, representantes das classes produtoras e lideranças políticas do Estado. Esta proposta pode ser traduzida pelos seguintes tópicos:

1 — que os estoques não fossem retirados do Paraná;
2 — que o milho que estava sob AGF nas cooperativas fossem transferidos para EGF e;

3 — que houvesse distribuição aos produtores pelo preço de custo atualizado, utilizando-se, para isso, as estruturas das associações de classe das cooperativas.

Desde esse ponto, com o problema agravado pelas enchentes de julho, os seguintes aspectos se delinearão:

a — os estados vizinhos intensificaram suas aquisições no Paraná;

b — o milho foi subindo de preço no mercado, a uma média de Cr\$ 500,00/mês, até setembro, quando o seu preço estourou, ultrapassando a barreira dos Cr\$ 10.000,00/saco.

c — o custo de produção da avicultura, suinocultura e pecuária leiteira subiu assustadoramente, inviabilizando a produção.

d — o preço da carne, leite e ovos, subiu bastante, ainda que longe do mesmo nível do milho, trazendo aflição ao consumidor, já castigado pela política de compressão salarial, e comprometendo o futuro do mercado.

e — o produtor entrou em desespero, não conseguindo adquirir milho e vendo seus animais passarem fome e seus prejuízos crescerem vertiginosamente.

f — o milho foi sumindo, cada vez mais, e os seus detentores passaram a usufruir da expectativa de alta especulação no mercado.

g — os estoques da CFP começaram a baixar, tanto pelas exportações como pelos leilões públicos na Bolsa de Mercadorias.

Travou-se uma verdadeira batalha campal, com escaramuças generalizadas de telex, ofícios, contatos, reuniões, declarações pela televisão e outros artefatos de "guerra".

Chegou-se a setembro, portanto cinco meses depois, sem uma solução para o problema.

Os avicultores, desesperados, fizeram uma marcha a Curitiba e depois de muita discussão, conseguiram em 12.09.83, em reunião na FAEP, um compromisso do Agente Regional da CFP, calçado em três pontos:

- 15.000 toneladas por leilão específico para suinocultores e avicultores;

- preço de até Cr\$ 5.500,00/saco; e,

- 30 dias para retirada e pagamento.

Nessa ocasião, as entidades de classe comprometeram-se em se responsabilizar pelo cadastro dos produtores e o Presidente da FAEP em levar o pleito ao Ministro da Agricultura.

Finalmente, em 14.09.83, o Conselho Monetário Nacional, aprovando o voto 331, em que estabelecia o direcionamento dos estoques governamentais para suinocultores e avicultores, abriu a primeira janela de esperança.

As Associações (APAVI e APS) e a OCEPAR fizeram cadastro dos compradores e fizeram, no dia 19.09, reuniões na Bolsa de Mercadorias, com a presença do Agente da CFP, Sr. Eugênio Stefanello, e acertaram uma distribuição de vinte e cinco por cento para cada segmento, inclusive os criadores independentes, e um preço máximo de Cr\$ 6.000,00/saco.

Triste ilusão! Nada disso foi cumprido; o que se viu foi os corretores recebendo telefonemas, inclusive de outros Estados, levantarem o preço até Cr\$ 9.300,00, a passividade dos responsáveis pela CFP, não suspendendo o leilão, como anteriormente há haviam feito, e os segmentos representativos dos produtores não comprarem um saco de milho.

Revoltados com a frustração de sua esperança de salvação, os criadores foram à Delegacia do Ministério da Agricultura, onde, apoiados pelo Deletado Roulieu Basaglia, obtiveram um compromisso do Agente da CFP de negociar com Brasília uma solução do problema.

A semana foi se passando sem que surgisse qualquer solução, apesar de várias reuniões na FAEP. A CFP preparava-se para reeditar novo leilão em 26.09, segunda-feira, e, até sexta-feira, nem se conheciam as praças onde estavam localizados os lotes. Nova farsa iria ser perpetuada, desvirtuando as propósitos do próprio Ministro da Agricultura.

As associações e a OCEPAR, resolveram que um BASTA deveria ser dado à arbitrariedade e ao descaso. A justiça foi o derradeiro caminho que sobrou.

Então a APAVI, APS e o Sindicato Rural de Araucária, através da coragem e desprendimento do advogado Dr. Otílio Renato Baroni, impetraram um mandado de segurança contra o leilão do dia 26 e solicitando a sustação dos efeitos do leilão do dia 19.

O Meritíssimo Juiz Rômulo de Souza Pires, da 2ª Vara da Justiça Federal, acolhendo, em princípios, os argumentos, de irregularidades, dos proponentes, concedeu a liminar.

Esperam agora os produtores, que as irregularidades, arbitrariedades e desvirtuamentos praticados pela CFP-PR, como:

- falta de pré-qualificação de compradores como produtores;

- ausência de edital e prazo reduzido de anúncio de especificação do leilão (só 24 horas úteis), que inviabilizar a participação do produtor do interior; e,

- a especulação que ocorre na Bolsa.

sejam evitados pela intervenção e controle da Justiça Federal.

As entidades de classe dos produtores assim agindo, estão defendendo os legítimos interesses e a sobrevivência dos agricultores e o bolso dos consumidores, já tão assaltado."

Sr. Presidente e Srs. Deputados, ainda vamos abordar neste Grande Expediente, duas notas assinadas pela Sociedade Paranaense de Medicina e Veterinária, através do seu Presidente Paulo Roberto Moreira Gomes e da Associação Nacional de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais, seção do Paraná, em relação às declarações que fizemos desta tribuna, sobre a falta de vacinação anti-rábica, no Estado do Paraná, que a Secretaria de Saúde deixou de fazer, trazendo como único Estado de País e não fazer vacinação anti-rábica. Estranharam esta posição do Deputado e lançaram nota oficial. (Lê):

"A preocupação com a saúde e o bolso da comunidade fez com que declarássemos a necessidade da continuação da vacinação anti-rábica no Estado do Paraná, mesmo porque, a campanha era sustentada com "spots" radiofônicos, alertando para a iniciativa conjunta da Secretaria da Saúde, Agricultura além de segmentos comunitários. Por formação, contrário às decisões de gabinetes, traduzimos o perigo eminente da paralisação desta campanha, colocando em risco a paz e tranquilidade de uma coletividade, além do problema de custos aos donos de cães, que nutrem profunda estima por seus animais e teriam que retirar de seus bolsos soma considerável, pressionando-os ainda mais, o lado de gastos absurdos que assolam a realidade de nosso dia a dia.

Estranhamos a atitude da Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária e da Associação Nacional de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais — Seção do Paraná, que não entendendo que juntamente com ele estão professando por maior respeito ao controle de zoonoses (doenças dos animais, transmissíveis aos seres humanos). "Não houve afirmação, e sim perguntas, e perguntas de preocupações como representante do povo — "Em nota assinada pelo presidente Antônio Simões de Araújo Júnior, da Associação Nacional, ele responde duas das perguntas feitas por mim: 1 — haveria interesse em beneficiar as clínicas veterinárias? 2 — haveria interesse de cunho político? Responde o presidente da entidade que a decisão foi tomada em Brasília, tendo cunho político, sem que as lideranças envolvidas na questão fossem consultadas. Diante disso eu aguardo um posicionamento da Secretaria da Saúde, pois aquela Secretaria endossou posição do Poder Central, que conforme o presidente da entidade, foi de cunho político, sustentando-se contra os interesses do PMDB. Respondeu o presidente que as clínicas veterinárias não tiveram participação, resposta que me satisfaz, porém é inegável que serão beneficiadas, pois não existindo vacinação gratuita, qualquer dono de cão terá que procurar as clínicas veterinárias

e pagar até quatro mil cruzeiros, o que antes era de graça, e uma obrigação das autoridades constituídas."

Muito obrigado.

(Assume a Presidência, o Sr. Deputado Werner Wanderer)

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência consulta a liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é reservado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Falará o Deputado Rubens Bueno.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Com a palavra o nobre Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, (Lê): "Quando estivemos em Brasília, Srs. Deputados, representando a Bancada Estadual do PMDB, participando dos debates promovidos sobre reforma tributária, a convite do Deputado Irajá Rodrigues, Presidente da Comissão de Finanças da Câmara Federal, tivemos o cuidado de apresentar anteriormente, em abril, na reunião da União Parlamentar Interestadual, em nome da bancada do PMDB nesta Casa, um trabalho sobre economia alternativa, incluindo um capítulo sobre reforma tributária.

Este trabalho circulou nas Assembléias Legislativas e nas duas Casas do Congresso Nacional e graças a ele fomos distinguidos com uma convocação, que consideramos honrosa, de participar do Grupo de Ação Nacional Pró-Reforma Tributária, que se reuniu em agosto na Capital Federal.

Os debates realizados em Brasília e em vários Estados, culminaram com a apresentação de emenda constitucional alterando os artigos 21, 25, 26 e 111 da nossa Constituição.

Também esta emenda, como outras que transitam no Congresso Nacional, tem caráter emergencial, mas esta, Sr. Presidente, tem a seu favor o fato de resultar de um consenso, obtido através de sucessivas reuniões com representantes de diversos partidos e autoridades municipais da maioria dos Estados brasileiros.

Na sua justificativa, lê-se que a maioria dos Estados e municípios brasileiros encontram-se em situação de penúria, assistindo impotentes e perplexos, o esvaziamento das suas fontes de recursos, corroídos pela inflação, enquanto se avolumam os encargos e as necessidades não atendidas das populações.

Freqüentemente, não há verbas para saldar despesas de custeio, o que compromete o bom funcionamento da administração e a regularidade dos pagamentos dos servidores.

A dívida interna, tanto quanto a externa, cresce inapelavelmente e nem sequer os projetos mais prioritários podem ser implementados.

Esse estado de coisas, Sr. Presidente, tem sua origem em um sistema de governo marcado pelo autoritarismo e por um exacerbado centralismo, que violenta a autonomia dos estados e municípios.

O poder central que não respeita a constituição, tem reconhecido em palavras, que a situação existente, por ele criada, é grave e exige soluções urgentes, mas nada faz para viabilizar a reforma tributária que contemple os Estados e municípios.

Eis porque, Srs. Deputados, algumas providências devem ser tomadas de imediato, para restabelecer pelo menos em parte a economia dos Estados e municípios.

Não queremos nos alongar muito neste assunto, que já é do conhecimento de toda Nação, mas sabemos que o aviltamento da receita do ICM atingiu uma situação intolerável, situando-se hoje abaixo do índice nacional de preços ao consumidor, em consequência da recessão e da

crise econômica que afetam a economia nacional.

Mês a mês, Srs. Deputados, a arrecadação do ICM diminui, sem que as autoridades federais se preocupem diante de um fato tão alarmante, que está levando os Estados e municípios à falência.

Em contrapartida, a receita da União tem se agigantado, conforme se vê na seguinte declaração do Ministro Delfim Netto, contida na Mensagem nº 89 de 1983, encaminhada ao Congresso Nacional:

"O acompanhamento da execução orçamentária evidencia, no corrente exercício financeiro, a ocorrência de excesso de arrecadação de dois bilhões e quatrocentos e um milhões de cruzeiros, sendo que somente na receita do imposto de renda o excesso foi de um bilhão e trezentos e oitenta e oito milhões de cruzeiros".

Enquanto isso acontece, Sr. Presidente, a arrecadação dos Estados e municípios teve um crescimento nominal médio de noventa e cinco por cento, contratando com os compromissos por eles assumidos em ORTNs e UPCs, que tiveram um aumento de cento e trinta por cento.

Desta forma, a diferença entre as receitas da União e a dos Estados e municípios vêm se ampliando desmedidamente, sem que medidas concretas sejam tomadas para corrigir tais distorções, visando uma distribuição mais equitativa da renda pública entre as várias esferas de governo.

Com a emenda constitucional a que nos referimos, Srs. Deputados, algumas providências imediatas serão tomadas, destacando-se:

- 1 — o aumento dos percentuais dos fundos de participação dos Estados e municípios;
- 2 — revogação do privilégio relativo aos cigarros, que deve ser tributado pelo ICM;
- 3 — Tributação do ICM sobre os produtos manufaturados;
- 4 — ressarcimento aos Estados e municípios, da perda de receita decorrente das isenções concedidas pela União;
- 5 — maior participação dos Estados e municípios na receita do imposto sobre lubrificantes e combustíveis;
- 6 — garantia da preferência dos créditos relativos aos vencimentos dos servidores públicos sobre os demais créditos, proporcionando a esta classe o recebimento regular dos seus vencimentos.

A efetivação destas medidas, Sr. Presidente, proporcionará o reequilíbrio das finanças estaduais e municipais e a melhoria das condições de vida das respectivas comunidades, sem que isso importe em expressivos prejuízos para a União, que dispõe de numerosos instrumentos para compensar as eventuais perdas de receita decorrentes desta emenda constitucional.

Por estas razões, Sr. Presidente, requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, um voto de congratulações desta Assembléia ao Deputado Federal Irajá Rodrigues, pela feliz iniciativa de apresentação desta emenda constitucional, sugerida pelo Grupo de Ação Nacional Pró-Reforma Tributária."

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência concede a palavra ao Sr. Deputado Ferrari, inscrito.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Se nós fizemos uma enquete no Estado do Paraná, e procuramos ouvir de cem paranaenses, a quem pertence o Sistema de Comunicação do Estado do Paraná, a quem pertence a TELEPAR, para ser mais objetivo?

Por certo, de cem paranaenses consultados, pelo menos noventa responderiam que a TELEPAR é um órgão do Governo do Estado do Paraná. Então, é importante que o próprio Governo do Estado do Paraná, já que a TELEPAR não pertence ao Governo do Estado do Paraná, governo que

detém apenas 9 por cento das ações da Telepar que este governo se prepare, faça observações públicas, orienta a população do Paraná para que esta mesma população fique ciente, de que quando ocorrer alguma safadeza por parte da Telebrás, não debitar esta mesma safadeza, ao governo do Estado do Paraná, porque as nossas telecomunicações, ou o nosso Sistema de telecomunicações, chama-se Telepar.

Houve tempo em que a Telepar pertencia ao governo do Estado do Paraná, e naturalmente pagava ônus, quando acertava recebia os aplausos quando errava recebia as críticas.

Mas, hoje vemos um verdadeiro festival de afanos, no bolso de todos os paranaenses, afanos estes praticados pela Telebrás, o órgão do governo federal e o débito cai ao governo do Estado do Paraná, não hoje ao governo do PMDB, mas, como caía recentemente ao governo do PDS.

Então, nós faríamos algumas observações: a Telepar ou a Telebrás, quando instala um telefone para o cidadão, utiliza-se de alguns códigos para efetuar a cobrança da instalação deste mesmo telefone.

Ora, se alguém compra um telefone, se alguém compra uma linha telefônica, vai fazer uso desta mesma linha, vai pagar o uso da mesma quer em contatos urbanos, quer em contatos interurbanos, e justo seria que não se cobrasse nenhuma taxa pelos serviços de instalação deste mesmo telefone; porque a empresa vai usufruir, vai receber do dono desta linha, mensalmente, uma quantia bastante alta. Contudo a Telebrás cobra, ela que se esconde atrás do nome da Telepar, ela que se esconde através do nome Paraná, ela cobra e cobra bem.

Como se não bastasse isto tudo, nós pagamos a assinatura que seria uma mensalidade; pagamos o interurbano; pagamos o impulso, o tão decantado e discutido impulso, que foi uma maneira recente que se inventou para meter a mão ainda mais fundo no bolso do assinante, do telefone; impulso este que não temos condições e ninguém tem condições de controlar para saber se a companhia, a Telebrás, está cobrando corretamente ou não.

Nós temos ainda, o vergonhoso Fundo Nacional de Telecomunicações, a qual cobra 30 por cento a mais em qualquer das ligações efetuadas.

E agora, alguém perguntaria: "A Telebrás, que se esconde atrás do nome Telepar, que se esconde atrás do nome do Paraná, presta efetivamente um bom serviço ao Estado do Paraná?"

Eu responderia: não. Não presta um bom serviço não. E vou provar porquê: se o cidadão compra hoje, um telefone, paga à vista o seu telefone, a sua linha telefônica, e recebe o recado de que tem um prazo para instalar seu telefone, de que a companhia vai instalar o seu telefone em, aproximadamente, 30 dias, pois este seria o prazo normal para instalação desse mesmo telefone. Mas existe uma taxa, uma vergonhosa taxa, entre tantas taxas vergonhosas que se cobra m neste País, que se chama "serviço acelerado".

Ora, se o cidadão pagar a mais, se o cidadão pagar em torno de Cr\$ 10.500,00 a mais do que já pagou, a companhia instala o seu telefone em 3 ou 4 dias, no máximo.

E então, esta companhia Telepar, que pertence à Telebrás, não presta um bom serviço ao Estado

do Paraná, porque só presta um bom serviço, o chamado "serviço acelerado", se o cidadão pagar.

Então, normalmente, ela é uma companhia morosa, é uma companhia lenta, é uma companhia que se arrasta, desde que você não pague; porém, se você pagar, esse serviço é acelerado.

Então, repito, a Telepar não presta um bom serviço ao Estado do Paraná.

E tem mais: é comum a gente observar nas contas telefônicas, cobranças dizendo: "diferença tarifária". Quando ela cobra a menos, ou diz que cobrou a menos; na conta do mês seguinte cobra a diferença tarifária.

Mas, e quando, porventura, ela cobra a mais?

Existe a restituição? Alguém já viu essa restituição, ou ela nunca cobrou a mais?

Agora vem mais uma pergunta: "se existe falha no sistema de computação, se existem falhas técnicas na cobrança da Telepar, quando ela cobra a menos, será que não existem falhas para ela cobrar a mais? É a grande pergunta.

E quando você tem que reclamar, vai reclamar a quem? Só se for ao "bispo". Porque a diretoria da Telepar é apontada e indicada por pertencer à Telebrás, isto pela própria Telepar. O governo do Estado do Paraná não tem condições de indicar diretores para a Telepar.

Então, eu acho que a Telepar é telecomunicações no Paraná, e não telecomunicações do Paraná.

Eu me mostro preocupado, pois nós temos no Paraná a Sanepar, que é um órgão do governo do Estado do Paraná; como temos no Paraná a Celepar; como temos no Paraná inúmeros "PAR", é normal que o cidadão imagine que a Telepar pertença ao governo do Estado do Paraná.

Então, recomendo ao próprio governo do Estado do Paraná que faça uma campanha de observação, de explicação e de orientação, para dizer ao povo do Estado do Paraná para que, quando ele estiver feliz e satisfeito com a sua conta telefônica, com o serviço prestado pela Telepar, quando estiver tudo bem, que ele credite isto tudo à Telebrás, um órgão do governo federal. Mas, quando a coisa estiver ruim, estiver andando mal, quando tiver alguém que pagar para ter um "serviço acelerado", que se debite também à Telebrás e não à Telepar ou ao governo do Estado do Paraná.

E há mais um detalhe: a agiotagem praticada pela Telebrás, que repito, se esconde atrás do nome do Paraná. Se o cidadão não pagar sua conta no dia normal, no dia certo, pagar no dia seguinte ao vencimento, vem a agiotagem: ele paga uma taxa de multa de 10 por cento, referente ao valor de sua conta.

Agora, alguém poderia perguntar: mas por que surge tudo isto agora, se nós sabemos de tudo isto há muito tempo? Não acredito que aqui entre os companheiros parlamentares, existe um só que não conheça profundamente tudo isto que estou trazendo nesta oportunidade. Todos conhecem.

Mas, a grande observação eu quis fazer é que, justamente, deveria o governo do Estado do Paraná proteger, pelo menos, o nome do Paraná, quando se diz Telepar.

O povo cobra e diz que quem está praticando atos imorais, quando se cobra por um "serviço acelerado" é o governo do Estado do Paraná, porque a Telepar seria um órgão do governo do Estado do Paraná, e nós sabemos que não é.

Espero, sinceramente, que o governo do Paraná entenda esta mensagem, para se evitar que o nosso Estado venha a receber achincalhes dos próprios paranaenses.

O Sr. Luís Alberto Oliveira - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento). Nobre deputado Ferrari Jr., Vossa Excelência, faz uma análise do problema telefônico no Paraná, inculcando a TELEPAR de uma série de atitudes administrativas, no seu atendimento, incorretas. Vossa Excelência talvez passou ao largo do grande problema da TELEPAR no Paraná, que é o problema do Fundo Telefônico; se a Telepar recebesse de volta os recursos aqui gerados com impostos, a TELEPAR teria condições de, provavelmente, instalar o terminal telefônico sem custo na residências e nas indústrias do Paraná.

Em razão disso, já fiz até pronunciamentos aqui nesta Casa, propondo e pedindo ao Governo Federal de que determinasse a restituição à TELEPAR dos recursos aqui gerados, pois seria forma de resolver o problema, se não de tarifa telefônica, que é um custo nacional e fixado, inclusive, por razão de custos telefônico internacional, seria a forma de melhorarmos ainda mais, os serviços telefônicos no Paraná.

O que creio que não é justo, é Vossa Excelência tentar dizer nesta tarde, de que não há a quem recorrer com relação aos problemas telefônicos no Paraná.

A presidência da TELEPAR e a sua Diretoria, são compostas de ilustres paranaenses e de técnicos altamente renomados. A TELEPAR, não desconhece Vossa Excelência é empresa considerada modelar em termos de avanço, inclusive tecnológico, no setor de telecomunicações.

Apenas aparteio Vossa Excelência, para o propor inclusive intermediar as críticas e as queixas que Vossa Excelência tenha com relação a TELEPAR, que serão levadas ao conhecimento do Presidente da TELEPAR, para que possa ele dar uma resposta oficial a Vossa Excelência, na certeza de que Vossa Excelência terá esclarecimentos necessários.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Agradeço o aparte, caro deputado Luíz Alberto de Oliveira, mas quando Vossa Excelência se refere ao Fundo Nacional de Telecomunicações, ao qual referi há pouco, não passei ao largo não, referi ao Fundo Nacional. Quando a Telepar era do Governo do Estado do Paraná, valeria a idéia de Vossa Excelência de que o Fundo Nacional de Telecomunicações voltasse para a TELEPAR, fora ela do Governo do Estado do Paraná.

Mas, hoje, a TELEPAR não é do Governo do Estado do Paraná. Aí é que está a questão.

O Governo do Estado do Paraná detém apenas 9% das ações da TELEPAR. Então, se recolhermos o Fundo Nacional de Telecomunicações, hoje, para a TELEPAR, é o mesmo que tirar do bolso direito e passar para o bolso esquerdo. Não se resolve absolutamente nada.

Eu gostaria de completar. Quanto à questão e que Vossa Excelência serviria de intermediário para o contato com o Presidente da TELEPAR, é uma demonstração, também, de que há necessidade de um intermediário, porque o Presidente da TELEPAR, apesar de ser um técnico renomado, é também um técnico "gelado", como esses que existem no Governo Federal, pois para se conseguir uma informação na TELEPAR realmente é difícil, nobre deputado.

Eu gostaria que alguém me explicasse, o porque do "serviço acelerado". Fui muito claro quando disse: se o senhor comprar um telefone, hoje, e pagar à vista Cr\$500.000,00 ou Cr\$600.000,00, não sei quanto está custando, em 30 dias instala-se o telefone em sua residência, deputado Luís Alberto Oliveira. Agora, se o senhor precisar do telefone em 4 ou 5 dias, instala-se, desde que o senhor pague mais Cr\$10.498,00.

Eu disse também que é uma empresa morosa. Está ela provando que é uma empresa morosa, que se arrasta. O seu trabalho é moroso. Agora se o senhor pagar mais sai.

Seria a mesma história - não é o caso, evidentemente, mas cabe uma comparação - das malfadadas caixinhas existentes em órgão estaduais, federais e municipais por este País afora: quanto eu levo? Você dá o meu agora, se não o seu só sai a semana que vem. A Telepar esta fazendo a mesma coisa.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Vossa Excelência me concede mais um aparte? (Assentimento).

A resposta de Vossa Excelência com relação ao Fundo Nacional, é uma resposta equivocada. Porque o importante não é que o dinheiro venha para o Governo Federal, e sim que as obras da telefonia sejam executadas no Estado do Paraná. Este é o primeiro aspecto que eu gostaria de analisar com Vossa Excelência.

Segundo, Vossa Excelência quando afirma que eu estou disposto a servir como intermediário, eu quis colocar à disposição de Vossa Excelência, gentilmente, para trazer a Vossa Excelência as informações que necessita. Porque Vossa Excelência afirma que não tem a quem recorrer e eu digo que a presidência da Telepar estaria à sua disposição para prestar estas informações e estou disposto a provar isto.

Eu gostaria de esclarecer mais dois aspectos com relação a Telepar. Primeiro: realmente é um absurdo que não se concorda no Estado do Paraná, a cobrança por todas as "pars" como diz Vossa Excelência, de uma taxa de 10% após o vencimento da conta de luz, da Copel; órgão estadual, da Sanepar; órgão estadual e de todas as outras empresas que cobram taxas de serviços públicos. Todas elas cobram 10% de juros um dia após o vencimento.

É uma agiotagem, tem razão Vossa Excelência, oficializada do Governo do Estado e do Governo Federal. E é exatamente por isso que eu solicitei o apoio de Vossa Excelência, a um projeto de lei de minha autoria, objetivando estabelecer novas cláusulas dos contratos de adesão, dos particulares com os órgãos públicos referentes aos juros cobrados após o vencimento das contas.

Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Pois não. Agradeço também o aparte de Vossa Excelência. E concluindo, gostaria de dizer, que se a gente começasse a discutir os problemas existentes, nessas empresas da união, especialmente da união, nós encontraríamos o seu vício original, esparramado, ramificando pelas empresas dos Estados e dos Municípios.

São tantos os achaques que se praticam contra o povo, caso da Telepar especificamente. O que a Telepar cobra de um modo geral em termos de telefone, de um modo geral, não precisaria nem voltar ao Fundo Nacional de Telecomunicação para ela ter um serviço melhor. Não precisaria a Telepar, por exemplo, ridicularizar-se, descer ao nível terrível,

quando ela cobra do cidadão para apressar o seu serviço.

Ora, não existe cabimento! É a mesma coisa que consultar um médico: "Dr. estou doente — Bom o preço é dez mil cruzeiros, se você der quinze mil, eu consulto agora". Isto é que a Telepar está fazendo. É exatamente isto. Se você me der mais dez mil e quinhentos cruzeiros, nós temos o instituído "Serviço Acelerado", No código 0212 é instituído pela Telepar o "Serviço Acelerado". Pagou levou; não pagou, não tem atendimento.

Vai mal das pernas, a tal da Telebrás. Que ela não continue se escondendo atrás do nome Telepar. Porque quando esta empresa pertenceu ao Estado do Paraná, era uma empresa bem mais gloriosa.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Consulto à liderança do PDS se quer fazer uso do espaço que lhe é reservado. Declinando, encerrada a Hora do Expediente,

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 58 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para o projeto de Lei nº 97/83, constante da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução nº 06/83, constante da Ordem do Dia de hoje. - **Aprovado.**

De conformidade com os requerimentos de preferência de discussão e votação, acima aprovados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 97/83, que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 5944, de 21/05/69. (Lei de Promoções de Oficiais da Polícia Militar do Estado), conforme específica. -

Em votação o Projeto de Lei nº 97/83. - **Aprovado.**

EMENDA DE PLENÁRIO - 2.ª DISCUSSÃO AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 06/83

I - O item a do Art. 2.º passa a ter a seguinte redação: "a) passagens e mudanças."

II - Ao Art. 2.º acrescenta-se o seguinte inciso IV:

"Art. 2.º -

.....

.....

.....

IV - Pagamento diretamente a pessoas carentes.

III - O "caput" do Art. 3.º passa a ter a seguinte redação:

Art. 3.º - É assegurado a cada deputado o crédito anual mínimo de 290 (duzentos e noventa) maiores valores de referência, em vigor a 1.º de maio do ano imediatamente anterior ao início da vigência dos créditos."

IV - O "caput" do Art. 4.º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 4.º - As liberações serão feitas por duodécimos, até o quinto dia de cada mês, por determinação do Primeiro Secretário ao Departamento de Finanças."

V - O "caput" do Art. 6.º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 6.º - As subvenções e auxílios concedidos a instituições privadas somente poderão ser concedidas com obediência às seguintes condições:

VI - Acrescente-se onde couber:

"Art. - O pagamento a que se refere o inciso IV ao art. 2.º desta Resolução será feito diretamente a pessoas desprovidas de recursos financeiros, e bens materiais mediante autorização do deputado e contra recibo;

§ 1.º - Na hipótese do beneficiário residir no interior ou solicitar o auxílio quando não houver expediente na Assembléia, poderá o deputado adiantar a importância, para posterior reembolso junto à Coordenadoria de Auxílios Sociais, mediante apresentação de recibo do beneficiário;

§ 2.º - A quantia máxima a ser concedida, por pessoa, será o equivalente a 1 (um) maior valor de referência.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1983.

(a) Antonio Anibelli.

Apoio - Anibal Khury, Erondy Silvério, Tadeu Lúcio Machado, Ezequias Losso, Gilberto Carvalho, Orlando Pessuti, Tuguo Setogutte, Werner Wanderer, Caíto Quintana, Tadeu França, Nelson Vasconcellos, Francisco Escorsin, Leônidas Chaves, Basílio Zanusso, Gabriel Manoel, Ervin Bonkoski e Djalma de Almeida César.

Em votação a Emenda de Plenário. **Aprovada.**

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 06/83, de autoria da Comissão Executiva, estabelecendo que as dotações consignadas no orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, destinada a subvenção social, será aplicada por indicações dos senhores deputados. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e COMISSÃO EXECUTIVA, por unanimidade. COM EMENDA DE PLENÁRIO EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação o Projeto de Resolução nº 06/83. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 33/83, que autoriza o PODER EXECUTIVO a doar imóvel do Estado, à "FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL NORTE PIONEIRO DE JACAREZINHO", conforme específica.

Aprovado.

Redação Final do Projeto de Lei nº 33/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Fundação de Assistência Social e Educacional Norte Pioneiro de Jacarezinho, parte do imóvel pertencente ao Estado do Paraná, com a área de

9.896 m², localizada no perímetro urbano de Jacarezinho, Registro de Imóveis nº 2067, fls. 01, da Comarca de Jacarezinho, Planta Jorge Melco, situada junto ao acesso rodoviário de Jacarezinho, anexa ao Parque Residencial dos Operários do DER.

Art. 2º — A presente doação fica gravada com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, que constarão da escritura de doação, e destinada exclusivamente ao patrimônio do Estado, se esta finalidade comprovadamente não ocorrer.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente

EDMAR LUIZ COSTA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei Complementar nº 44/83, que veda qualquer desconto em folhas de pagamento de Servidores Públicos do Estado, sem prévia comprovação e anotação pelo órgão pagador, dos números de registro do CGC ou CPF do favorecido e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 44/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica vedado qualquer desconto em folhas de pagamento de servidores públicos ou assalariados das autarquias e empresas de públicas do Estado do Paraná, sem a prévia comprovação e devida anotação, pelo órgão pagador, do número de registro do Cadastro Geral de Contribuintes (CGC), ou Cadastro de Pessoa Física (CPF) do favorecido.

Parágrafo único — As partes interessadas na implantação de descontos em folhas de pagamento, deverão providenciar a regularização de situações que não preencherem os requisitos deste artigo, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta lei.

Art. 2º — Todos os comprovantes fornecidos para fins de imposto de renda deverão fazer constar, além dos nomes dos favorecidos, também o número de seu cadastro junto ao Ministério da Fazenda, de conformidade com os preceitos do artigo anterior.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente

EDMAR LUIZ COSTA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 60/83, que denomina rodovia "VASSÍLIO BOIKO", a estrada que partindo da BR-487, liga Iretama a BR-369, no trecho que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI Nº 60/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica denominada Rodovia Tassílio Boiko, a estrada que partindo da BR-487, liga Iretama a Roncador — trecho PR-462, Roncador a BR-369, trecho PR-239.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente

EDMAR LUIZ COSTA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 90/83 que declara de utilidade pública a "AÇÃO SOCIAL SÃO VICENTE DE PAULO", com sede e foro no Município de Toledo. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI Nº 90/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "AÇÃO SOCIAL SÃO VICENTE DE PAULO", com sede e foro na cidade de Toledo.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente

EDMAR LUIZ COSTA — Relator

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 12/83, (Mensagem e ex-Proposição nº 03/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo Aditivo de 26/11/82, ao Convênio celebrado em 1º/02/82 entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Londrina. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do projeto de Resolução nº 77/83, (Mensagem nº 86/83, ex-Proposição nº 89/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Re-Ratificação nº 03/83, de 13/05/83, ao Convênio nº 02/83, celebrado em 24/03/82, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e do DER, e o Município de Maringá, objetivando restauração da Av. Colombo, entre Av. Tuiuti e Trevo de acesso à PR-317, no referido município. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 78/83, (Mensagem nº 85/83, ex-Proposição nº 80/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica objetivando a execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 98/83, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza o PODER EXECUTIVO à realizar Concurso Interno, para enquadrar na carreira de Agente Fiscal, servidores contratados como "Conferente", conforme especifica. Com pareceres FAVORÁVEIS da CCJ e CRH, por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Werner Wandderer) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Miguel Tibúrcio, ocorrido no dia 23 de setembro de corrente ano. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo estudos de viabilidade técnica e legal, visando isentar do ICM o trigo usado na alimentação animal e a lenha usada para fins industriais. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à senhora Secretária da Educação, encarecendo o envio, através do órgão competente, de materiais para a Escola Estadual Ribeiro de Campos- Ensino de Primeiro Grau, no Município de Goioerê. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulín, constante do expediente, solicitando voto de

congratulações pelo programa "O Milho Nosso de Cada Dia", da Rede Globo de Televisão, levado ao ar pela TV Paranaense Canal 12. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, visando a instalação de um Posto da SANEPAR no Município de Juranda. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo recursos financeiros para a IV EXPOCAMPO - Exposição Feira Agropecuária e Industrial do Município de Campo Mourão.

— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando o implantação de uma agência do Instituto de Previdência do Estado - IPE, no Município de Araruna.

— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Associação dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná, pela realização do I Congresso dos

Serventuários da Justiça do Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Orlando Pessuti, Adhail Sprenger Passos, e subscrito por demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, visando a inclusão da SECEP - Secretaria das Casas de Estudantes do Paraná, na suplementação orçamentária daquela Secretaria, por ocasião do último trimestre deste ano. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, lido da tribuna, solicitando regime de urgência no encaminhamento de indicação ao Sr. Governador do Estado, do rol de sugestões preconizadas no Memorial do Município de Paranavaí. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 98/83.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 105/82 e 30, 48 e 67/83.

Levanta-se a sessão.